

Candidatura única, cisão interna e apoio a governistas na Primeira República brasileira: o caso da ação eleitoral de oposicionistas paranaenses de 1921 a 1926

Sandro Aramis Richter Gomes

Secretaria de Educação do Estado do Paraná
Curitiba, Paraná, Brasil

Recebido em: 15 maio 2024

Aprovado em: 27 jan. 2025

Publicado em: 06 Maio 2025

Resumo

Neste artigo investiga-se a natureza da atividade política de oposicionistas paranaenses no período que abrange os anos de 1921 a 1926. Esse recorte temporal foi uma época de ausência de um partido de estadual de oposição naquele estado. Tratava-se, pois, de um cenário político caracterizado por acentuadas dificuldades para o desenvolvimento da ação eleitoral dos oposicionistas. Nesse âmbito, a finalidade deste trabalho é avançar no entendimento acerca da atividade eleitoral das oposições estaduais nos últimos anos da Primeira República brasileira. Há três argumentos sustentados neste trabalho. Primeiro, demonstra-se que as dissensões entre os oposicionistas do Paraná impossibilitaram a reativação de um partido minoritário. Segundo, cumpre destacar que a opção pela candidatura única em eleições parlamentares evidenciou a baixa competitividade da oposição. Terceiro, ressalta-se que a ligação eventual com governistas foi peculiar à atividade política dos oposicionistas naquele estado.

Palavras-chave: Eleições. Estado do Paraná. Partidos Oposicionistas. Primeira República Brasileira.

* Professor de História da Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Doutor, Mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: argomes8@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

 <http://lattes.cnpq.br/2071519123932874>

Single candidacy, internal division and support for government supporters in the first Brazilian Republic: the case of the electoral action of oppositionists from Paraná from 1921 to 1926

Sandro Aramis Richter Gomes

Department of Education of the State of Paraná
Curitiba, Parana, Brazil

Received: 15th May. 2024

Approved: 27th Jan. 2025

Published: 06th May 2025

Abstract

This article analyzes the nature of the political activity of oppositionists from Paraná in the period covering the years 1921 to 1926. This time frame was a time when there was no state opposition party in that state. It was, therefore, a political landscape characterized by marked difficulties in the development of electoral action by oppositionists. In this context, the purpose of this paper is to advance understanding about the electoral participation of state oppositions in the last years of the First Brazilian Republic. There are three arguments supported in this work. First, the dissension among the opposition in Paraná made it impossible to reactivate a minority party. Secondly, the option for a single candidacy in parliamentary elections highlighted the low competitiveness of the opposition. Third, the eventual connection with government officials was peculiar to the political activity of oppositionists in that state.

Keywords: Elections. State of Paraná. Opposition Parties. First Brazilian Republic.

* Professor of History of Basic Education at the Department of Education of the State of Paraná. PhD, Master and graduate in History from the Federal University of Paraná. Email: argomes8@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>  <http://lattes.cnpq.br/2071519123932874>

Nesse recorte temporal, o ano de 1921 corresponde ao momento da extinção de um partido minoritário que atuou no Paraná. O ano de 1926, por seu turno, é concernente à época em que surgiu nesse estado uma nova agremiação dedicada a combater o partido situacionista. Portanto, esse íterim foi um período de baixa integração entre os membros da oposição paranaense. Nesse contexto, a ação política dos oposicionistas foi comandada por um grupo de remanescentes das agremiações minoritárias que existiram naquele estado.

Há três argumentos fundamentados neste artigo. Primeiro, sustenta-se que os desacordos entre os líderes da oposição estadual impediram, no começo dos anos 1920, o ressurgimento de um partido destinado a rivalizar com a agremiação situacionista. Segundo, cabe salientar que a baixa competitividade eleitoral da oposição nesse contexto é evidenciada no lançamento de candidatura única em disputas para cargos legislativos. Desse modo, a não apresentação de chapas completas denota os limites da base de apoio dos adversários da situação. Terceiro, constata-se que o estabelecimento de alianças circunstanciais com políticos governistas não era uma prática incomum dos oposicionistas paranaenses na mencionada época. Essas alianças eram sugeridas pelos próprios oposicionistas, os quais tinham como objetivo primordial voltar a exercer mandatos legislativos.

As análises sobre a dinâmica eleitoral dos estados têm obtido especial atenção nos estudos acerca da Primeira República. Essas análises ressaltam a capacidade de oposicionistas empreenderem, em diferentes regiões do país, ininterrupto combate a candidatos governistas. As investigações contemporâneas reconhecem a existência de bases de apoio que possibilitavam às oposições estaduais elegerem candidatos e assegurarem uma presença em instituições como a Câmara dos Deputados (Figueiredo, 2017).

Esses estudos também salientam que a abstenção eleitoral não era adotada com frequência pelas oposições estaduais em disputas para cargos legislativos. Ao contrário, elas costumavam contestar a vitória de seus contendores em pleitos para cargos como o de deputado federal (Ricci e Zulini, 2014; Zulini, 2016). Nesse particular, trata-se de destacar que na década de 1920 havia grupos oposicionistas suficientemente organizados para contrabalançar o domínio de partidos governistas e eleger candidatos para as instâncias do Poder Legislativo (Brito, 2019; Ribeiro, 2019).

Por outro lado, a historiografia se ressentia da falta de análises concernentes a regiões marcadas pela desagregação frequente dos oposicionistas. Os estudos políticos carecem de investigações referentes aos fatores que impediram a formação de partidos de oposição internamente estáveis e dotados de um eleitorado cativo. A análise do caso do Paraná permite identificar as razões e os efeitos das contendas entre membros de agremiações minoritárias. Ela também propicia um entendimento acerca da ação política de oposicionistas em momentos nos quais não estavam reunidos em um partido. Em suma, por meio de informações extraídas de periódicos de circulação regional e nacional a presente investigação se atém

sobre os motivos da dispersão e as circunstâncias de reaproximação dos líderes da oposição paranaense.¹

O contexto político paranaense do início dos anos 1920

O estudo da ação eleitoral de oposicionistas paranaenses na década de 1920 demanda, inicialmente, a construção de um panorama da cena política regional. Para tanto, cumpre fundamentar três afirmações. Primeiro, trata-se de assinalar que os meses seguintes à eleição para a Câmara dos Deputados ocorrida em 20 de fevereiro de 1921 foram marcados pela desorganização do grupo oposicionista que havia se formado no Paraná na década anterior. Esse grupo era chefiado pelo ex-senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940).

Em 1914, esse bacharel se desligou do Partido Republicano Paranaense (PRP), a agremiação dominante. No ano seguinte, fundou a Coligação Republicana (CR), a qual congregou dissidentes do partido situacionista (Guimarães, 1915). Analogamente ao ocorrido em estados como Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo, as divergências entre situacionistas foram peculiares à vida política do Paraná durante as quatro primeiras décadas republicanas (Prado, 1986; Saccol, 2018, Vacari, 2015).

Comumente, os desacordos entre membros do situacionismo paranaense provocavam o aparecimento de partidos de oposição. Ao continuarem ativos no jogo eleitoral, os ex-integrantes da agremiação majoritária propiciaram o surgimento de uma polarização entre as forças da oposição e da situação.

Por um lado, Alencar Guimarães formou um grupo de oposição que permaneceu atuante por seis anos. Dentre os políticos que pertenceram ao quadro partidário do Paraná durante as décadas de 1910 e 1920, esse advogado foi aquele que esteve por mais tempo na

¹ Os jornais e anais parlamentares utilizados neste artigo estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: jan. 2024.

liderança da oposição regional. Desde o fim dos anos 1900, a curta duração era uma característica da história das agremiações minoritárias do estado.²

Por outro lado, o grupo oposicionista controlado por aquele bacharel não era eleitoralmente competitivo. Em 1915, a eleição de um deputado federal da CR decorreu do fato de que o partido governista apresentou chapa incompleta (*A República*, 13 abr. 1915, p. 2). A partir da eleição para o cargo de deputado estadual ocorrida em novembro de 1915, o partido governista do Paraná lançou apenas chapas completas (*A República*, 12 out. 1915, p. 1). Por consequência, os oposicionistas perderam o acesso às instituições legislativas.

Durante a Primeira República, os oposicionistas de distintas regiões conquistaram uma presença mínima em instituições como a Câmara dos Deputados em virtude da cessão, pelos situacionistas, de um terço das vagas em disputa. No Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, por exemplo, essa concessão era a forma pela qual os partidos minoritários conseguiram eleger seus postulantes (Ferreira, 1994; Sá Pinto, 1998). Em síntese, o Paraná não fez parte do conjunto de estados cujas oposições elegeram candidatos em períodos nos quais os seus adversários lhes negaram o terço de vagas. Dentre esses estados, estavam Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Figueiredo, 2017; Ribeiro, 2019).

Cumpre, pois, sustentar a segunda afirmação desta seção. O fim da concessão do terço de vagas em eleições parlamentares não levou os oposicionistas paranaenses a se absterem de imediato das disputas contra o partido governista. Em 1919, no contexto em que o PRP permanecia dedicado a conquistar todas as vagas para os cargos do Poder Legislativo, o grupo político de Alencar Guimarães estava eleitoralmente ativo.

2 Nesse contexto, a duração dos partidos de oposição do Paraná não foi superior a três anos. O Partido Republicano Federal existiu de novembro de 1908 a maio de 1909 (*Diário da Tarde*, 31 maio 1909, p. 2). Em 1913, após três anos de ausência de uma agremiação oposicionista no estado, foi criado um diretório local do Partido Republicano Liberal. Essa agremiação era constituída por indivíduos que coordenaram localmente a Campanha Civilista, a qual sustentou a candidatura presidencial do senador baiano Rui Barbosa em 1910 (Vanali, 2017). No princípio de 1915, os seus líderes se apartaram porque uma parcela dos dirigentes do partido foi absorvida pelo grupo governista. Ou seja, a cooptação de oposicionistas para o campo situacionista levou a agremiação a se desorganizar (Glasser, 1955). A CR existiu durante o primeiro semestre de 1915. Em seguida, Alencar Guimarães se tornou presidente do diretório estadual do Partido Republicano Conservador, cujo líder nacional era o senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), do Rio Grande do Sul. Contudo, o diretório paranaense do PRC foi extinto em 1918, após desacordos entre seus dirigentes acerca da escolha dos candidatos a deputado federal (*Diário da Tarde*, 1 fev. 1918, p. 1). De 1919 a 1921, Alencar Guimarães presidiu outra agremiação, a saber, o Partido Autonomista. Conforme demonstrado neste trabalho, a baixa competitividade eleitoral foi um fator de desmobilização dos correligionários do PA.

De 1919 a 1921, sob a legenda do Partido Autonomista, os membros desse grupo participaram de disputas para deputado estadual (1919) e deputado federal (1921), bem como pleitearam o comando de prefeituras do interior (1920). Todos os candidatos apresentados pelo PA foram derrotados. Os contínuos insucessos levaram o partido a se dissolver.³ Em seguida, Alencar Guimarães se desligou da cena política paranaense e fixou residência na então capital da República (*O Dia*, 17 jul. 1923, p. 2). Assim, no começo da década de 1920 a oposição regional não possuía um líder maior. Nesse período, a aproximação com os governistas não era uma iniciativa incomum de oposicionistas que experimentavam o malogro de seus projetos eleitorais.

Cabe, pois, fundamentar o terceiro argumento desta seção. A migração para o grupo situacionista foi inerente ao destino político de parte dos aliados de Alencar Guimarães. Tal migração ocorreu em 1918, ano que marca o fim das atividades do diretório regional do PRC. Nesse período, uma parcela de ex-integrantes da agremiação radicados no interior do estado aderiu ao partido majoritário (*A República*, 15 nov. 1918, p. 2). Desse modo, as derrotas eleitorais e os momentos de inatividade do partido desagregaram os correligionários da oposição.

Alencar Guimarães também regressou à ordem governista. Ele se envolveu nos esquemas de nomeações para cargos do Governo do Paraná, bem como para postos da administração federal. Em 1926, ele foi investido pelo presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, no posto de organizador do Prontuário Legislativo do estado (*O Dia*, 8 maio 1926, p. 1). Em 1927, por fim, o presidente Washington Luís nomeou-o para a função de inspetor de consulados (*O Dia*, 20 ago. 1927, p. 1). Alencar Guimarães continuou ligado aos governistas até os momentos finais da Primeira República. Ele foi destituído de sua função na administração pública federal apenas em dezembro de 1930, no início do Governo Provisório de Getúlio Vargas (*O Dia*, 19 dez. 1930, p. 8). Dessa forma, a fragmentação do grupo oposicionista constituído no Paraná em meados dos anos 1910 foi sucedida pela aproximação de seu antigo líder com expoentes do situacionismo estadual e nacional.

Compete demonstrar que a desmontagem da base de correligionários do grupo político de Alencar Guimarães ocorreu de maneira célere. Em fins de 1921, os remanescentes desse grupo já haviam perdido grande parte de seu eleitorado. Essa situação não propiciou a renovação do conjunto de lideranças oposicionistas no estado. Assim, foram políticos veteranos que se dedicaram à retomada da ação eleitoral contra o grupo governista. Porém, as rivalidades entre esses líderes impediram a plena concretização do objetivo.

3 Em 1919, os vinte candidatos do PA foram derrotados na disputa pelas trinta vagas do Congresso Legislativo Estadual (*A República*, 21 nov. 1921, p. 2). Em 1920, o PA não conquistou nenhuma prefeitura (*A República*, 26 jun. 1920, p. 1). Em 1921, por fim, Alencar Guimarães não conseguiu se eleger deputado federal. Ele obteve 2.700 votos, os quais representaram apenas 6% do total de sufrágios (*Gazeta de Notícias*, 2 mar. 1921, p. 3).

Perfis políticos dos líderes da oposição paranaense nos anos 1920

Cumpra analisar a composição do grupo oposicionista que, constituído por remanescentes do grupo político de Alencar Guimarães, tornou a combater os candidatos do PRP em eleições parlamentares. Mais precisamente, trata-se de reconhecer os fatores que propiciaram o restabelecimento da aliança entre os 191 componentes desse grupo. Esse rol de correligionários era formado por nove indivíduos (*O Dia*, 10 fev. 1926, p. 2). Eles integraram a cúpula de um grupo de oposição que não conseguiu organizar um novo partido nos anos seguintes à dissolução do PA. Para o reconhecimento das divisões internas a esse quadro de chefes oposicionistas, cabe dedicar atenção às informações do Quadro 1.

Quadro 1 - Oposicionistas vinculados ao projeto de reativação do Partido Autonomista

Nome	Profissão	Filiação partidária	Total de mandatos eletivos	Filiações partidárias		Posição no quadro partidário paranaense
				Segundo Reinado	Primeiras República	
Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Advogado	–	0		Partido Republicano Paranaense; Coligação Republicana; Partido Republicano Conservador; Partido Autonomista	Situação / Oposição
Antônio Jorge Machado Lima	Servidor público federal	–	0		Aliança Liberal	Situação / Oposição
Ismael Alves Pereira Martins	Jornalista	–	0		Partido Republicano Conservador	Oposição
João de Menezes Dória	Médico	Partido Liberal	1		União Republicana; Partido Republicano Conservador	Oposição
João Guilherme Guimarães	Empresário	Partido Conservador	1		Partido Republicano Paranaense; Coligação Republicana; Partido Autonomista; Partido Democrático	Situação / Oposição

Nome	Profissão	Filiação partidária	Total de mandatos eletivos	Filiações partidárias	Total de mandatos eletivos	Posição no quadro partidário paranaense
Segundo Reinado			Primeiras República			
João Viana Sieler	Empresário	–	0	Partido Republicano Liberal; Partido Autonomista	0	Oposição
Joaquim Ribeiro de Macedo	Empresário	Partido Conservador	0	Partido Republicano Paranaense; Partido Republicano Conservador; Aliança Liberal	5	Situação / Oposição
Francisco Xavier Teixeira de Carvalho	Advogado	–	0	Partido Democrático/ Aliança Liberal	0	Situação
Ulisses Falcão Vieira	Advogado	–	0	Partido Republicano Liberal; Partido Republicano Paranaense; Partido Autonomista; Aliança Liberal	2	Situação / Oposição

Fontes: *A República*; *Diário da Tarde*; *Diário do Commercio*; *Gazeta Paranaense*; *O Dia*.

As informações do Quadro 1 permitem a sustentação de três constatações. Primeiro, nota-se que a maior parte dos remanescentes do grupo político de Alencar Guimarães era formada por indivíduos que pertenceram aos campos da situação e da oposição. Esse grupo foi um refúgio para antigos governistas que ao longo de suas carreiras tiveram uma participação apenas eventual nos órgãos da administração pública. O referido Quadro evidencia que a camada majoritária dos líderes oposicionistas exerceu poucos mandatos. Nota-se, pois, que esses correligionários não se conservaram em posições proeminentes nos diretórios governistas e nas instituições políticas. Eles não se enraizaram na mesma época na ala oposicionista. Esses aliados se distinguiam em virtude das causas que os levaram a combater o partido dominante.

No contexto dos anos 1920, existiam lideranças oposicionistas que, havia duas décadas, estavam acomodadas em uma posição periférica na cena política estadual. Ao tempo das eleições parlamentares de 1921, fazia vinte e um anos que o negociante ervateiro João Guilherme Guimarães (1857-1927) não desempenhava um cargo público. Ele foi prefeito da

cidade litorânea de Paranaguá por dois mandatos (1892-1896/1897-1900). A vida interna do diretório situacionista instalado nesse município era marcada pela coexistência de alas rivais. Portanto, João Guimarães não conseguiu exercer de forma contínua uma interferência sobre a gestão desse órgão partidário. Em 1912, na disputa pela presidência do diretório, ele foi vencido pelo médico Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944), que pertencia à nova geração de lideranças governistas daquela localidade (*A República*, 15 mar. 1912, p. 1).

A criação da CR pelo seu sobrinho Alencar Guimarães foi uma oportunidade para João Guimarães comandar um diretório. Esse situacionista dissidente foi o responsável por organizar as atividades da CR em Paranaguá a partir de janeiro de 1915 (*A República*, 21 jan. 1915, p. 2). A perda de espaço na ordem governista e o desenvolvimento de uma atividade política caracterizada por frequentes interrupções foram aspectos inerentes à trajetória de João Guimarães.

Conforme indicado no Quadro 1, o aparecimento da CR permitiu que indivíduos politicamente ativos desde a época do Segundo Reinado voltassem a atuar de modo ostensivo na cena eleitoral do Paraná. Ou seja, o ingresso no campo da oposição possibilitou a manutenção da atividade eleitoral de parentelas que, havia décadas, pertenciam à elite econômica do estado (Alves, 2014; Oliveira, 2001).

Segundo, cumpre destacar que a maioria dos indivíduos mencionados no Quadro 1 era constituída por situacionistas que migraram para a oposição em 1915, ano em que Alencar Guimarães abriu uma dissidência no PRP. Em meados dos anos 1910, eles fizeram parte de uma ala de governistas que perdera a faculdade de escolher candidatos e de controlar os cargos da Mesa Executiva do diretório central. Em seguida, transferiram-se para o campo da oposição. Desde o fim dos anos 1900, os integrantes desse campo desenvolviam uma atividade eleitoral distinguida por frequentes interrupções (Guimarães, 1915; Maciel, 1925).

Havia distinções quanto à origem das carreiras políticas dos oposicionistas aludidos no Quadro 1. Esse grupo era composto por indivíduos que exerceram posições centrais no partido governista, assim como por correligionários cujo principal benefício decorrente do

envolvimento com os situacionistas foi conquistar nomeações para cargos públicos.⁴ No início da década de 1920, esses ex-integrantes do situacionismo se encontravam em equivalente posição quanto à capacidade de influírem na condução das atividades eleitorais da oposição estadual.

Terceiro, cabe destacar que uma parte desse grupo político era constituída por indivíduos que combatiam a agremiação majoritária desde o momento anterior à migração de Alencar Guimarães para a oposição. Esse advogado contou com o apoio de veteranos que não tiveram sucesso na tarefa de manter um partido de oposição unido e eleitoralmente ativo. Nesse âmbito, compete ressaltar o caso do médico João de Menezes Dória (1857-1934). Ele atuava na oposição desde os anos 1890, na condição de membro da União Republicana Paranaense (Goulart, 2014; Sêga, 2005). Em 1908, quando essa agremiação se fundiu com o partido governista, Menezes Dória não conseguiu unir os remanescentes da oposição (*Diário da Tarde*, 28 jan. 1908, p. 2).

De sua parte, o advogado Ulisses Falcão Vieira (1885-1942) pertenceu ao núcleo de fundadores do Partido Republicano Liberal. Em 1915, contudo, migrou para o partido governista (*A República*, 13 out. 1915, p. 1). Em 1919, por fim, ele regressou à oposição (*A República*, 21 nov. 1919, p. 2). O empresário João Viana Seiler (1886-1955) também pertenceu ao PRC (*Diário da Tarde*, 20 out. 1913, p. 5). No entanto, ele jamais exerceu um mandato. Em síntese, os oposicionistas históricos que continuavam eleitoralmente ativos no início dos anos 1920 se diferenciavam entre si em virtude da maior ou menor projeção no quadro político do estado.

Uma parte dos indivíduos que constam no Quadro 1 manteve ligações pouco sólidas com os grupos da situação e da oposição regional. Nos anos anteriores a 1915, eles não tiveram sucesso na tentativa de se consolidarem como líderes da oposição. Desde os anos 1900, o campo oposicionista era marcado por conflitos que inviabilizavam a longa duração das

4 Além do citado João Guimarães, tais correligionários eram Antônio Augusto de Carvalho Chaves (1875-1949), Antônio Jorge Machado Lima (1886-1960), Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926) e Joaquim Pereira de Macedo (1858-1949). Nesse quadro, Carvalho Chaves e Joaquim Macedo eram os oposicionistas que ocuparam posições mais destacadas na ordem governista. Chaves desempenhou cargos como os deputado estadual e deputado federal, bem como foi membro do diretório central do PRP (*A República*, 10 out. 1911, p. 1). De sua parte, Macedo exerceu funções centrais no Poder Executivo. Ele ocupou funções como a de 2º vice-presidente do Paraná (*A República*, 25 jul. 1895, p. 1) e prefeito de Curitiba (*A República*, 23 set. 1908, p. 1). Os demais correligionários não desempenharam posições centrais na ordem governista. Eles eram políticos que conquistaram nomeações nos governos estadual e federal em virtude da condição de integrantes do partido majoritário. Porém, esses aliados não foram incluídos nas chapas de candidatos oficiais. Ismael Alves, por exemplo, foi inspetor das escolas do litoral do Paraná em 1905 (*A República*, 22 jun. 1905, p. 1). Ou seja, ele foi um situacionista que exerceu apenas momentaneamente postos na administração estadual. Machado Lima, por seu turno, obteve o cargo de promotor público das comarcas de Antonina e Palmeira, e também atuou como procurador da Fazenda Nacional (Abreu, 2015). Analogamente a Machado Lima, o advogado Francisco Xavier Teixeira de Carvalho também se envolveu em políticas de preenchimento de cargos federais. Em 1917, ele desempenhou o posto de auditor militar do Regimento de Guerra do Paraná (*A República*, 24 abr. 1917, p. 2).

agregações minoritárias. Esses correligionários também não conseguiram se acomodar no partido da situação. O exercício ocasional de mandatos eletivos e funções comissionadas foi o limite das oportunidades que conquistaram na época em que pertenceram ao grupo governista.

O desempenho da oposição paranaense nas eleições parlamentares de 1921

Nesta seção, argumenta-se que no intervalo de duas eleições parlamentares a base eleitoral da oposição paranaense conheceu uma expressiva redução. Tal situação foi evidenciada na derrota dos oposicionistas em redutos nos quais costumavam suplantar os candidatos da situação. Em última instância, compete demonstrar que o princípio dos anos 1920 foi o momento em que a presença da oposição no interior do estado se tornou pouco expressiva. Para tanto, cabe efetuar a comparação entre os resultados de uma eleição para a Câmara dos Deputados ocorrida em 20 de fevereiro de 1921 e de um pleito para o Congresso Estadual acontecido em 1º de novembro do mesmo ano.

Inicialmente, trata-se de analisar o desempenho do candidato oposicionista na disputa pelas quatro vagas da bancada paranaense na Câmara. A esse respeito, convém dedicar atenção aos dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Desempenho de candidatos da situação e da oposição x paranaense na disputa por vagas à Câmara dos Deputados (20 de fevereiro de 1921)*

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação				
		Partido Republicano Paranaense				Partido Autonomista
		Affonso Camargo	Lindolfo Pessoa	Plínio Marques	Luiz Bartolomeu	Manuel de Alencar Guimarães
Antonina	Litoral	194	178	181	183	188
Araucária	Primeiro planalto	178	207	178	178	9
Bocaiúva do Sul	Primeiro planalto	93	92	92	92	6
Campo Largo	Primeiro planalto	340	301	282	282	97

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação				
		Partido Republicano Paranaense				Partido Autonomista
		Affonso Camargo	Lindolfo Pessoa	Plínio Marques	Luiz Bartolomeu	Manuel de Alencar Guimarães
Carlópolis	Terceiro planalto	212	208	204	204	0
Castro	Segundo planalto	363	343	339	340	373
Clevelândia	Terceiro planalto	43	43	43	43	24
Colombo	Primeiro planalto	154	147	145	142	42
Curitiba	Primeiro planalto	1.0414	977	962	950	480
Deodoro	Primeiro planalto	98	79	79	79	76
Entre Rios	Terceiro planalto	102	95	85	78	6
Foz do Iguaçu	Terceiro planalto	52	51	52	52	0
Guarapuava	Terceiro planalto	298	249	220	219	84
Guaraqueçaba	Litoral	89	89	89	89	0
Guaratuba	Litoral	62	46	46	44	54
Imbituva	Segundo planalto	534	534	534	534	0
Ipiranga	Segundo planalto	347	268	268	268	36
Irati	Segundo planalto	189	186	186	186	30
Jacarezinho	Terceiro planalto	188	134	129	127	15
Jaguariaíva	Segundo planalto	415	415	415	415	51

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação				
		Partido Republicano Paranaense				Partido Autonomista
		Affonso Camargo	Lindolfo Pessoa	Plínio Marques	Luiz Bartolomeu	Manuel de Alencar Guimarães
Marechal Mallet	Segundo planalto	97	98	98	99	0
Marumbi	Terceiro planalto	64	68	68	68	3
Morretes	Litoral	75	78	71	70	50
Palmas	Terceiro planalto	58	58	58	58	0
Palmeira	Segundo planalto	485	401	379	398	0
Palmira	Segundo planalto	48	47	47	47	0
Paranaguá	Litoral	319	292	239	293	441
Piraí do Sul	Segundo planalto	130	127	126	125	75
Ponta Grossa	Segundo planalto	321	202	176	180	64
Porto de Cima	Serra do Mar	24	25	24	23	3
Prudentópolis	Terceiro planalto	221	220	220	219	0
Ribeirão Claro	Terceiro planalto	175	175	173	173	0
Rio Negro	Segundo planalto	209	195	195	197	141
São João do Triunfo	Segundo planalto	154	153	154	154	0
São José dos Pinhais	Primeiro planalto	538	543	533	231	39
São Mateus do Sul	Segundo planalto	232	231	231	231	57

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação				
		Partido Republicano Paranaense				Partido Autonomista
		Affonso Camargo	Lindolfo Pessoa	Plínio Marques	Luiz Bartolomeu	Manuel de Alencar Guimarães
Serro Azul	Primeiro planalto	161	161	160	159	17
Tamandaré	Primeiro planalto	182	182	181	181	3
Tibagi	Segundo planalto	398	397	396	326	0
Teixeira Soares	Segundo planalto	150	99	158	102	0

Fonte: *A República*, 23 fev. 1921, p. 2.

* A imprensa não informou a votação dos candidatos em oito localidades: Assungui, Campina Grande do Sul, Colônia Mineira, Conchas, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo, São José da Boa Vista e União da Vitória.

As informações da Tabela 1 indicam que Alencar Guimarães, candidato de oposição, não ameaçou o êxito eleitoral dos postulantes da situação. A ausência da vaga do terço determinou a derrota do presidente do PA. Às vésperas de seu desaparecimento, esse partido não possuía uma consistente presença em todas as localidades do estado. Nesse âmbito, atente-se ao fato de que em doze cidades o candidato de oposição não recebeu votos. Esse resultado foi muito semelhante ao do pleito municipal de 1920, ocasião em que o PA não conquistou votos em quinze localidades (*A República*, 26 jun. 1920, p. 1).

De outro lado, a Tabela 1 informa que nos municípios de Castro e Paranaguá o postulante da oposição foi mais votado do que os quatro candidatos da situação. Na cidade de Antonina, Alencar Guimarães conquistou mais sufrágios do que três candidatos do PRP. Em grande medida, tal resultado se deve ao fato de que, desde a criação da CR, em 1915, o citado bacharel contou com o apoio de antigos chefes políticos radicados naquelas localidades (*A República*, 21 jan. 1915, p. 2). A baixa competitividade eleitoral do PA não o impediu de se enraizar no interior do Paraná. Tal agremiação manteve diretórios em trinta e dois municípios (*A República*, 3 out. 1919, p. 2). Nessa época, portanto, a oposição paranaense se mostrou capaz de manter correligionários organizados em diferentes regiões do estado.

Contudo, o insucesso no pleito federal de 1921 e o afastamento de Alencar Guimarães da vida partidária ocasionaram a imediata desmobilização dos correligionários que se envolveram em tarefas como a fundação de diretórios municipais. Os remanescentes do grupo

político do ex-senador conquistaram apoios pouco numerosos em áreas do interior paranaense. Eles perderam aliados em localidades nas quais partidos como o PA conseguiram a maioria dos votos em eleições para cargos do Poder Legislativo. A fundamentação dessas afirmações requer, preliminarmente, o estudo das informações expostas na Tabela 2.

Tabela 2 - Desempenho da chapa governista e do candidato de oposição ao Congresso Legislativo do Paraná (1º de novembro de 1921)

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação da chapa do PRP (situação)	Percentual da votação	Votação de Antônio Jorge Machado Lima (oposição)	Percentual da votação
Antonina	Litoral	90	98,9	1	1,1
Araucária	Primeiro planalto	204	95,8	9	4,2
Assungui	Primeiro planalto	100	100	0	0
Bocaiúva do Sul	Primeiro planalto	64	100	0	0
Campina Grande do Sul	Primeiro planalto	53	84,1	10	15,9
Campo Largo	Primeiro planalto	385	98,7	5	1,3
Carlópolis	Terceiro planalto	116	100	0	0
Castro	Segundo planalto	236	92,2	20	7,8
Clevelândia	Terceiro planalto	68	100	0	0
Colombo	Primeiro planalto	153	93,9	10	6,1
Colônia Mineira	Terceiro planalto	195	100	0	0
Curitiba	Primeiro planalto	865	87,6	122	12,4
Deodoro	Primeiro planalto	122	77,2	36	22,8
Entre Rios	Terceiro planalto	80	100	0	0

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação da chapa do PRP (situação)	Percentual da votação	Votação de Antônio Jorge Machado Lima (oposição)	Percentual da votação
Foz do Iguaçu	Terceiro planalto	38	100	0	0
Guarapuava	Terceiro planalto	697	100	0	0
Guaraqueçaba	Litoral	64	100	0	0
Imbituva	Segundo planalto	262	100	0	0
Ipiranga	Segundo planalto	289	100	0	0
Irati	Segundo planalto	185	100	0	0
Jaguariaíva	Segundo planalto	287	100	0	0
Lapa	Primeiro planalto	776	100	0	0
Marechal Mallet	Segundo planalto	127	100	0	0
Marumbi	Terceiro planalto	53	100	0	0
Morretes	Litoral	60	100	0	0
Palmas	Terceiro planalto	224	100	0	0
Palmeira	Segundo planalto	159	100	0	0
Palmira	Segundo planalto	59	100	0	0
Paranaguá	Litoral	197	77	59	23
Piraí do Sul	Segundo planalto	177	100	0	0
Ponta Grossa	Segundo planalto	183	95,3	9	4,7
Porto de Cima	Serra do Mar	29	100	0	0

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação da chapa do PRP (situação)	Percentual da votação	Votação de Antônio Jorge Machado Lima (oposição)	Percentual da votação
Prudentópolis	Terceiro planalto	78	100	0	0
Reserva	Segundo planalto	435	100	0	0
Rio Negro	Segundo planalto	240	96	10	4
Santo Antônio da Platina	Segundo planalto	60	100	0	0
São João do Triunfo	Segundo planalto	127	100	0	0
São José da Boa Vista	Primeiro planalto	250	100	0	0
São José dos Pinhais	Primeiro planalto	549	99,5	3	0,5
São Mateus do Sul	Segundo planalto	262	100	0	0
Tamandaré	Primeiro planalto	185	100	0	0
Tibagi	Segundo planalto	403	100	0	0
União da Vitória	Terceiro planalto	201	100	0	0

Fonte: *A República*, 17 nov. 1921, p. 2.

O candidato escolhido pelos oposicionistas era o citado Antônio Jorge Machado Lima. Ele não possuía a experiência de participar de uma eleição como candidato. O envolvimento em esquemas de nomeações para cargos do Poder Judiciário lhe permitiu atuar como funcionário público federal. Machado Lima também constituiu relações familiares com

integrantes elite social paranaense⁶. Todavia, ao longo da Primeira República ele não desenvolveu uma trajetória política marcada pela construção de sólida base eleitoral. Similarmente ao caso desse bacharel, os líderes oposicionistas arrolados no Quadro 1 não possuíam um eleitorado cativo. Ao tempo do pleito estadual de 1921, havia anos que eles não venciam eleições.⁷

De um lado, as informações da Tabela 2 mostram que os remanescentes do PA não se abstiveram do pleito. Eles ainda conservavam apoios em municípios do interior. De outro lado, cabe salientar que no pleito estadual de novembro de 1921 estavam em disputa as trinta cadeiras do Congresso Legislativo. Nessa eleição, os oposicionistas decidiram homologar somente um candidato. Ou seja, eles não reuniram adesões suficientes para formar uma chapa completa. No Paraná, no contexto da Primeira República, havia três comportamentos típicos da oposição nas disputas para o Congresso Estadual: abstenção, lançamento de chapa com vinte candidatos e apresentação de chapa contendo dez postulantes.

Naquele estado, a abstenção eleitoral ocorria em momentos nos quais o partido de oposição estava inativo. Esse foi o motivo que levou o PRC a não disputar vagas no Congresso paranaense em 1917 (*A República*, 26 set. 1917, p. 1). Por outro lado, a apresentação de dez postulantes acontecia quando a agremiação minoritária se resignava com o terço de vaga que lhe era destinado pelos situacionistas. Naquele Congresso, o terço equivalia a dez cadeiras (*Diário da Tarde*, 18 out. 1907, p. 2). Por fim, a apresentação de completa ocorria nas épocas em que os oposicionistas conseguiam recrutar candidatos em distintas regiões do estado. Mais precisamente, ela acontecia no momento em que a minoria contava com o apoio de chefes políticos do interior paranaense – este foi o caso do PA no pleito de 1919. (*A República*, 21 set. 1919, p. 1).

Em fins de 1921, a oposição paranaense permanecia desorganizada. Ela carecia do amplo respaldo de lideranças políticas do interior. Nesse momento, não houve esforços consistentes para assegurar à oposição uma presença em instância local do Poder Legislativo. A Tabela 1 mostra que Machado Lima conseguiu somente um voto em Antonina, município no qual Alencar Guimarães, no início daquele ano, tivera um desempenho superior ao de integrantes da chapa governista.

No começo da década de 1920, a oposição paranaense não possuía apoios suficientes para formar uma chapa composta por líderes políticos que haviam estruturado os diretórios

6 Antônio Jorge Machado Lima era casado com Zaira Abreu, filha de Cândido de Ferreira e Abreu e Eufrosina Correia (*A República*, 7 dez. 1921, p. 2). O sogro de Machado Lima era um político que pertenceu ao partido governista e exerceu o posto de prefeito de Curitiba de 1913 a 1916 (Oliveira, 2001).

7 Dentre os políticos citados no Quadro 1, Ulisses Vieira era o que, em 1921, estava há menos tempo sem exercer um cargo eletivo. Ele foi deputado estadual em duas legislaturas (1914-1915/1916-1917). Porém, não conseguiu obter novo mandato ao Congresso do Paraná em 1919. Nessa disputa, Antônio de Carvalho Chaves, João Guimarães e João Seiler também não conseguiram se eleger (*A República*, 21 nov. 1919, p. 2).

municipais dos extintos partidos minoritários. A maioria dos chefes locais dessas agremiações não aderiu à candidatura única sustentada por ex-integrantes do grupo político de Alencar Guimarães. Por consequência, foi nas áreas mais distantes de Curitiba, a capital do estado, que Machado Lima teve votação irrisória. Desprovida do apoio de comitês eleitorais, a oposição paranaense não conseguiu preservar um rol de correligionários nos pequenos municípios.

Por outro lado, no principal colégio eleitoral do estado a oposição obteve uma votação relevante. A análise do desempenho de Machado Lima em Curitiba evidencia que no pleito estadual de 1921 o candidato de oposição angariou apoios em grande parte das quinze seções eleitorais dessa cidade. As únicas seções em que ele não recebeu votos foram a décima terceira e a décima quarta. De fato, Machado Lima foi derrotado pelos situacionistas em todas as seções eleitorais de Curitiba.

De todo modo, nota-se que os apoiadores da oposição estavam distribuídos por distintos bairros da capital do estado (*A República*, 4 nov. 1921, p. 2).

Conforme exposto na Tabela 2, na maioria dos municípios do segundo e terceiro planalto aquele postulante não conquistou ao menos um voto. O comparativo entre as Tabelas 1 e 2 indica que em ambas as áreas do planalto a oposição paranaense teve um fraco desempenho nas eleições parlamentares ocorridas em 1921. Porém, foi após a extinção do PA que o declínio da força eleitoral dos oposicionistas no interior do estado se tornou mais acentuado. Houve, pois, rápida desmontagem da incipiente base de apoio que eles construíram fora da capital.

A participação de oposicionistas paranaenses na sustentação da candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República em 1922

O fraco desempenho eleitoral dos oposicionistas paranaenses no pleito estadual de 1921 não ocasionou a interrupção da atividade política dos mentores da candidatura de Machado Lima. Ao contrário, eles ambicionaram permanecer em posição de destaque no jogo eleitoral. No ano seguinte, esses correligionários se tornaram os coordenadores locais da campanha de Nilo Peçanha ao cargo de presidente da República. Os oposicionistas mencionados no Quadro 1 foram os responsáveis pela gestão do Comitê Central Pró-Nilo Peçanha fundado em Curitiba (*Commercio do Paraná*, 18 jan. 1922, p. 1).

A candidatura oposicionista de Peçanha foi lançada em 1921 pelos líderes dos partidos dominantes da Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As oligarquias desses estados formaram a Reação Republicana, a qual buscava contrabalançar o domínio dos situacionistas de Minas Gerais e São Paulo na vida política nacional. Essas oligarquias se opuseram ao controle que as elites mineira e paulista exerciam sobre a escolha de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República. Em verdade, nas primeiras décadas republicanas não era raro o surgimento de celeumas referentes à indicação de candidatos a ambos os cargos (Viscardi, 2012). Porém, a peculiaridade da Reação Republicana

reside no fato de que ela originou uma candidatura que buscava encampar demandas de distintos setores sociais e profissionais, a exemplo dos militares (Ferreira, 1993; Prestes, 1994).

No pleito de 1º de março de 1922, a chapa Nilo Peçanha-José Joaquim Seabra não venceu apenas nos quatro estados cujos partidos situacionistas criaram a Reação Republicana. Ela também superou a chapa Arthur Bernardes-Urbano Santos no Amazonas (*A República*, 07 mar. 1922, p. 2). No Paraná, a oposição foi derrotada. Nesse estado, a chapa Bernardes-Santos conquistou 14.011 votos (73,9%). A chapa Peçanha-Seabra, por seu turno, amealhou 4.942 sufrágios (26,1%) (*A República*, 3 mar. 1922, p. 1).

No entanto, a chapa oposicionista derrotou os governistas em pequenos colégios eleitorais. O resultado desse pleito evidenciou que os chefes da oposição paranaense conseguiram organizar uma campanha marcada por adesões nas distintas regiões do estado. Nesse âmbito, atente-se às informações da Tabela 3.

Tabela 3 - Desempenho dos candidatos à Presidência da República em colégios eleitorais do Estado do Paraná (1º de março de 1922)

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação de Arthur Bernardes (situação)	Percentual da votação	Votação de Nilo Peçanha (oposição)	Percentual da votação
Antonina	Litoral	169	42,5	229	57,5
Araucária	Primeiro planalto	187	73,3	68	26,7
Assungui	Primeiro planalto	126	84,5	23	15,5
Bocaiúva do Sul	Primeiro planalto	89	87,3	12	16,7
Campina Grande do Sul	Primeiro planalto	71	66,4	36	33,6
Campo Largo	Primeiro planalto	409	73,6	147	26,4
Carlópolis	Terceiro planalto	301	100	0	0
Castro	Segundo planalto	467	67,7	223	32,3
Clevelândia	Terceiro planalto	132	55	108	45
Colombo	Primeiro planalto	168	84,8	30	15,2

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação de Arthur Bernardes (situação)	Percentual da votação	Votação de Nilo Peçanha (oposição)	Percentual da votação
Colônia Mineira	Terceiro planalto	172	98,9	2	1,1
Conchas	Segundo planalto	91	100	0	0
Curitiba	Primeiro planalto	1.118	59	778	41
Deodoro	Primeiro planalto	65	40,5	95	59,4
Entre Rios	Terceiro planalto	71	65,7	37	34,3
Foz do Iguaçu	Terceiro planalto	45	100	0	0
Guarapuava	Terceiro planalto	412	65	221	35
Guaraqueçaba	Litoral	61	66,3	31	33,7
Guaratuba	Litoral	48	67,6	23	32,4
Imbituva	Segundo planalto	517	91,6	47	8,4
Ipiranga	Segundo planalto	258	81,9	57	18,1
Irati	Segundo planalto	150	61,5	94	38,5
Jacarezinho	Terceiro planalto	173	82,4	37	17,6
Jaguariaíva	Segundo planalto	493	93,9	32	6,1
Lapa	Primeiro planalto	631	67,3	307	32,7
Marechal Mallet	Segundo planalto	235	93,6	16	6,4
Marumbi	Terceiro planalto	50	84,4	9	15,6
Morretes	Litoral	152	53,5	132	46,5

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação de Arthur Bernardes (situação)	Percentual da votação	Votação de Nilo Peçanha (oposição)	Percentual da votação
Palmas	Terceiro planalto	158	70,2	67	29,8
Palmeira	Segundo planalto	321	48,6	340	51,4
Palmira	Segundo planalto	36	80	9	20
Paranaguá	Litoral	472	52,2	433	47,8
Piraí do Sul	Segundo planalto	197	80,4	48	19,6
Ponta Grossa	Segundo planalto	239	54	204	46
Porto de Cima	Serra do Mar	12	44,5	15	55,5
Prudentópolis	Terceiro planalto	516	91,2	50	8,8
Reserva	Segundo planalto	346	62,5	208	37,5
Ribeirão Claro	Segundo planalto	245	99,2	2	0,8
Rio Branco do Sul	Primeiro planalto	116	90,6	12	9,4
Rio Negro	Segundo planalto	323	67,4	156	32,6
Santo Antônio da Platina	Segundo planalto	152	97,4	4	2,6
São Jerônimo	Segundo planalto	163	100	0	0
São João do Triunfo	Segundo planalto	246	98	5	2
São José da Boa Vista	Primeiro planalto	391	97,5	10	2,5
São José dos Pinhais	Primeiro planalto	656	77,4	191	22,6
São Mateus do Sul	Segundo planalto	443	83,4	88	16,6

Localidade	Região do Estado do Paraná	Votação de Arthur Bernardes (situação)	Percentual da votação	Votação de Nilo Peçanha (oposição)	Percentual da votação
Serro Azul	Primeiro planalto	275	94,5	16	5,5
Tamandaré	Primeiro planalto	207	69,9	89	30,1
Teixeira Soares	Segundo planalto	138	85,2	24	14,8
Tomazina	Terceiro planalto	783	93,1	58	6,9
Tibagi	Segundo planalto	600	94,2	37	5,8
União da Vitória	Terceiro planalto	115	58,4	82	41,6

Fonte: *Diário da Tarde*, 9 mar. 1922, p. 1.

A Tabela 2 evidencia que o candidato oposicionista teve o respaldo de eleitores da quase totalidade dos municípios paranaenses. A candidatura de Nilo Peçanha não obteve votos em apenas três cidades. Por outro lado, em quatro localidades esse candidato suplantou o postulante situacionista. A referida Tabela também mostra que houve cidades nas quais os oposicionistas, apesar de não terem vencido o candidato oficial, conseguiram adesões suficientes para se aproximar da votação governista. Assim, note-se que em quatro localidades Nilo Peçanha angariou o apoio de parcela superior a 40% do eleitorado. Em Morretes, por exemplo, Artur Bernardes derrotou Peçanha por uma diferença de apenas vinte sufrágios.

Em boa medida, essa expressiva conquista de adesões derivou do apoio de membros de elites locais que haviam se desligado do grupo situacionista. No limiar dos anos 1920, esses membros possuíam a capacidade de estruturar comitês e manter uma base de apoiadores. Desse modo, o Comitê Central Pró-Nilo Peçanha teve êxito no propósito de estabelecer conexões com chefes políticos do interior que, a despeito de terem se desligado do governismo, conservavam um rol de correligionários.

Atente-se, por conseguinte, aos casos dos municípios de Antonina e Paranaguá. Nessas cidades, Peçanha angariou 57,5 e 47,8% dos sufrágios, respectivamente. Os coordenadores locais de sua campanha eram egressos da ordem governista. Em Antonina, essa campanha foi organizada pelo negociante e ex-deputado estadual Lauro do Brasil Loyola (1872-1950), que

integrou o grupo oposicionista liderado por Alencar Guimarães na década de 1910. Em Paranaguá, a candidatura de Peçanha contou com o apoio de negociantes como Eurípedes Rodrigues Branco e Policarpo José Pinheiro, os quais haviam exercido mandatos de vereador filiados ao PRP (*Commercio do Paraná*, 18 jan. 1922, p. 1).

No Paraná, integrantes de diversos grupos profissionais se envolveram na organização da campanha de Peçanha. Nesse âmbito, cabe mencionar que os oposicionistas João Guilherme Guimarães e João Viana Seiler eram dirigentes da Associação Comercial do Paraná (ACP), entidade composta pela elite do empresariado estadual e histórica patrocinadora de candidatos não alinhados ao partido oficial.⁸ Na campanha presidencial de 1922, existiu um comitê de operários paranaenses voltado à promoção da candidatura de Peçanha. Esse postulante também obteve o apoio de estudantes que residiam em Curitiba, a exemplo dos acadêmicos das faculdades de Direito e Engenharia Civil da Universidade do Paraná (*Commercio do Paraná*, 18 jan. 1922, p. 1).

De um lado, o engajamento na campanha em prol da chapa Nilo Peçanha-Joaquim Seabra permitiu que os oposicionistas referidos no Quadro 1 conservassem uma posição de protagonismo na cena política regional. De outro lado, convém destacar que o término dessa campanha não foi acompanhado pela manutenção da aliança que congregou diferentes segmentos da sociedade paranaense. A realização desse pleito presidencial não estimulou a constituição de um grupo oposicionista competitivo e dotado de ampla presença no interior do estado.

No Paraná, portanto, os integrantes dos comitês pró-Nilo Peçanha se dispersaram. A aliança que estabeleceram foi momentânea. Ela não possibilitou a formação de um partido capaz de efetuar o combate à agremiação dominante. Convém demonstrar que, ao lado da carência de apoios, as divergências entre os líderes históricos da oposição resultaram em votações pouco significativas em disputas ocorridas no curso dos anos 1920. Nesse cenário de baixa mobilização dos oposicionistas, o vínculo episódico com integrantes do situacionismo não era um fato incomum.

8 O envolvimento da ACP na vida eleitoral começou na disputa presidencial de 1922. Há evidências de que ao menos desde os anos 1910 os seus dirigentes manifestavam preferência por candidatos de oposição. Em 1915, por exemplo, a ACP lançou uma chapa de dez candidatos a deputado estadual. Todos esses postulantes se elegeram pelo fato de que o partido governista apresentou chapa completa. A chapa da ACP suplantou os candidatos oposicionistas ligados ao Partido Republicano Conservador (*A República*, 12 nov. 1915, p. 2). De outra parte, cumpre mencionar que em 17 de janeiro de 1922 José Joaquim Seabra, candidato a vice-presidente pela oposição, realizou uma conferência na sede da ACP para promover a sua chapa presidencial. Essa entidade era, pois, um espaço para discussões de cunho político (*Commercio do Paraná*, 18 jan. 1922, p. 1).

Abstenção eleitoral e tratativas com situacionistas: o cenário político dos anos 1923-1926

Na presente seção, cumpre demonstrar que a desconexão entre diferentes gerações de oposicionistas foi um elemento inerente à cena política paranaense de meados dos anos 1920. Nesse âmbito, cumpre fundamentar três afirmações. Primeiro, cabe destacar que a baixa atividade eleitoral da oposição se evidencia no fato de que em 1923 o PRP não teve adversários na disputa pelas vagas de deputado estadual (*O Dia*, 1 fev. 1924, p. 2). Os remanescentes do grupo político de Alencar Guimarães se recusaram a retomar o projeto de apresentar apenas uma candidatura ao Congresso Legislativo. Nessa época, a ausência da vaga do terço continuava a inibir as pretensões eleitorais da oposição. Por consequência, havia eleições nas quais a oposição regional não se mobilizava para apoiar um candidato.

Uma parcela dos correligionários de Alencar Guimarães voltou ao jogo eleitoral em 1924, por ocasião da disputa para as quatro vagas da bancada paranaense na Câmara dos Deputados. Entretanto, não houve entre eles um consenso quanto à indicação de um postulante. O advogado Benjamin Américo de Freitas Pessoa (1858-1928) pleiteou essa indicação, mas a sua candidatura não foi aceita por uma parcela dos indivíduos citados no Quadro 1. Antônio de Carvalho Chaves e Francisco Teixeira de Carvalho estavam entre os oposicionistas que vetaram o nome de Pessoa (*O Dia*, 23 out. 1923, p. 1).

Esse veto foi justificado sob o argumento de que a apresentação de um postulante deveria ser aprovada em uma convenção. Entretanto, os oposicionistas não realizaram um encontro para definir pela indicação de um candidato ou abstenção eleitoral. A indefinição dos oposicionistas foi alvo de questionamentos do jornal curitibano *O Dia*, defensor da candidatura de Benjamin Pessoa. A atenção a esses questionamentos permite salientar o problema das cisões internas a um grupo regional de oposição. Em diferentes estados, tais cisões dificultavam o lançamento de postulantes oposicionistas. Mais amplamente, elas criavam obstáculos a uma participação regular das oposições estaduais no jogo eleitoral. Leia-se, pois, o seguinte excerto de um editorial do mencionado periódico, veiculado na edição de 23 de outubro de 1923:

O partido oposicionista não vai se reunir para deliberar sobre candidaturas nas próximas eleições federais? Se não se reunir, não sabemos que juízo formar de tal partido nem o que aspira, que não tem o mais rudimentar gesto denunciativo da sua vida e do seu poder. Reunir-se-á e deliberará não pleitear? [...] Reunir-se-á e apresentará candidatos? Apresentá-los-á de fato? Encontrará, porém, o partido oposicionista dentro de suas

fileiras outro homem que tenha uma tradição política tão brilhante, uma linha tão reta, uma verticalidade tão completa como o Sr. Benjamin Pessoa? (*O Dia*, 23 out. 1923, p. 1).

Tais informações evidenciam que adversários do governismo paranaense não possuíam um plano consistente de ação no jogo eleitoral. Ao mesmo tempo, não existia entre eles uma precisa divisão de tarefas. A participação desse grupo na vida política ocorria de modo intermitente. Em geral, a interrupção desse envolvimento derivava de embates entre os próprios correligionários. Os coordenadores das atividades da oposição regional nos anos 1920 não estiveram permanentemente engajados no projeto de sustentar candidaturas e arregimentar aliados. Os desacordos entre eles impossibilitaram a oposição de se organizar em torno de um partido e de disputar disputas eleições de forma ininterrupta.

Após a campanha presidencial de 1922, a falta de unidade ainda era um aspecto intrínseco à oposição paranaense. Por um lado, o grupo político de Alencar Guimarães se absteve de apresentar candidaturas porque o PRP lançou chapa completa. Os políticos ligados a esse grupo estavam cientes de que não possuíam uma base eleitoral suficientemente forte para derrotar ao menos um postulante governista. A opção pelo abandono da disputa foi criticada pelo jornal carioca *O Brasil*. Esse periódico situou a abstenção como um problema inerente à atividade política dos partidos minoritários então existentes no país. Segundo o editorialista do periódico, as oposições estaduais continuavam a adotar “o velho e condenável sistema de só pleitearem bafejados por estranhas forças. [...] Em face da chapa completa do governo, [os oposicionistas paranaenses] abandonaram o pleito” (*O Brasil*, 19 mar. 1924, p. 2).

Por outro lado, cumpre mencionar que em 1924 surgiu no Paraná uma candidatura independente ao cargo de deputado federal. O fato de os líderes oposicionistas terem se eximido de lançar um postulante à Câmara não impediu que um egresso do grupo político de Alencar Guimarães reunisse apoios para disputar o referido cargo. Esse egresso era o advogado Luís Napoleão Lopes. Ele foi o único adversário da chapa composta pelos quatro postulantes do PRP.

Ao divulgar sua candidatura, Lopes expôs as celeumas entre os oposicionistas e teceu críticas à postura absenteísta adotada pelos contendores do governismo. Ele condenou “as competições egoísticas de uma certa oposição desorientada e inócua, preocupada mais em anular seus correligionários do que os adversários poderosos que corteja o quanto pode” (*O Dia*, 3 fev. 1924, p. 7). Lopes enfatizou, pois, a disposição de uma parte dos oposicionistas de constituir vínculos com membros da agremiação majoritária. Conforme demonstrado no decorrer desta seção, tais vínculos se tornaram mais flagrantes após a disputa para a Câmara dos Deputados realizada em 1924.

A candidatura de Lopes contou, à última hora, com o apoio do Partido Republicano Liberal (PRL), agremiação constituída em novembro de 1923. Esse partido era dirigido por novatos da vida política, a exemplo de Ciro Silva (1881-1968), então estudante de Direito da Universidade do Paraná (*O Dia*, 2 nov. 1923, p. 7). Tal apoio não evitou que Lopes tivesse um

fraco desempenho na eleição. Ele angariou 135 sufrágios, os quais corresponderam a apenas 0,3% do total de votos (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1929, v. 1, p. 109). O PRL, por seu turno, se extinguiu após a derrota de seu candidato (*O Dia*, 16 fev. 1924, p. 4). Em última análise, o fato de essa agremiação não ter contado com a adesão dos oposicionistas históricos denota a desarticulação política dos rivais do PRP.

Trata-se, pois, de sustentar a segunda constatação desta seção. A aproximação dos oposicionistas citados do Quadro 1 com políticos governistas foi evidenciada em episódios datados de meados dos anos 1920. Nesse contexto, antigos expoentes da oposição continuavam infensos à ideia de implantar uma agremiação destinada a combater o PRP. No entanto, esses veteranos almejavam permanecer envolvidos no jogo eleitoral. A estratégia que adotaram para reconquistar um espaço nas instituições legislativas residiu em obter apoio junto a membros do campo da situação.

Em fins de 1925, Antônio de Carvalho Chaves, com a anuência de seus correligionários, propôs um acordo a Washington Luís, ex-presidente do estado de São Paulo. O compromisso sugerido por Chaves previa que a oposição paranaense apoiaria Washington Luís na eleição presidencial de 1926. De sua parte, o antigo chefe do Executivo paulista deveria conseguir junto aos situacionistas do Paraná a cessão de duas vagas à oposição na disputa para a Câmara dos Deputados que estava agendada para março de 1927. Washington Luís foi favorável a essa proposta (*O Dia*, 9 dez. 1925, p. 1). Dessa maneira, constata-se que, na tentativa de retornarem ao jogo eleitoral, os oposicionistas buscaram ampliar suas ligações políticas para além do Paraná.

Nos anos finais da Primeira República, a baixa competitividade eleitoral continuava a impelir a oposição paranaense a requisitar que os governistas apresentassem chapas incompletas nas disputas para os cargos do Poder Legislativo. Essa demanda era um aspecto consensual entre os adversários do situacionismo regional.⁹

Por outro lado, cumpre mencionar que a proposta apresentada a Washington Luís indica uma mudança quanto nas pretensões políticas da oposição paranaense. Essa mudança consiste no fato de que, nas primeiras décadas republicanas, os oposicionistas do estado se contentavam com a destinação eventual, pelos situacionistas, de uma vaga nas eleições para

9 Essa demanda não foi sustentada apenas pelo grupo político arrolado no Quadro 1. Napoleão Lopes, por exemplo, argumentou que a concessão de vagas à minoria era um preceito constitucional. Mais precisamente, ele invocou o artigo 28 da Constituição Federal de 1891, o qual assegurava a presença da minoria na Câmara dos Deputados. Derrotado no pleito federal de 1924, Lopes contestou o resultado da eleição junto à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara. Ele alegou que os governistas do Paraná desrespeitaram o referido preceito, pois lançaram chapa completa. Todavia, a sua reclamação não foi acatada pelos membros da Comissão (*O Dia*, 27 mar. 1924, p. 2).

a Câmara. Essa destinação era uma liberalidade do partido dominante.¹⁰ Em 1925, contudo, os rivais da situação tiveram a iniciativa de negociar o aumento do número de vagas. Para os líderes da oposição, era preciso que a bancada governista naquela instituição fosse equivalente à dos seus adversários. Assim, era necessário que duas cadeiras fossem destinadas a candidatos que representavam o grupo minoritário.

Nessa ocasião, os oposicionistas citados no Quadro 1 pediram aos seus correligionários o voto na chapa presidencial constituída por Washington Luís (presidente) e Fernando Melo Viana (vice-presidente). A chapa oficial venceu o pleito sem qualquer dificuldade, visto que angariou 99% dos votos. Joaquim Francisco de Assis Brasil, o principal concorrente de Washington Luís, conseguiu somente 1.116 sufrágios (0,16%). Nessa disputa, portanto, não houve uma união entre as oposições regionais para sustentar uma candidatura presidencial (Porto, 2002).

A promoção da candidatura de Washington Luís pelos próceres da oposição paranaense não foi marcada por uma longa defesa do postulante governista. Esses líderes se limitaram a destacar que os candidatos indicados representavam “as melhores e mais seguras aspirações de nossa nacionalidade” (*O Dia*, 7 fev. 1926, p. 4). Verifica-se, pois, que nessa época a discussão sobre plataformas eleitorais não era a tônica da vida política do Paraná. Nesse estado, os oposicionistas se mostravam mais afeitos à discussão de ideias programáticas nos últimos anos da década de 1920. A fundação do Partido Democrático e da Aliança Liberal estimulou os oposicionistas a se manifestarem em defesa de propostas como a da Reforma Eleitoral, na qual a implementação do voto secreto era um componente basilar (Granato, 2021). No início da década, contudo, o maior anseio dos chefes da oposição era recuperar um espaço nas esferas do Poder Legislativo. Para viabilizar esse intento, eles estavam dispostos a fazer acordos com políticos governistas.

A despeito do apoio que a oposição conferiu a Washington Luís, o PRP não cedeu a ela as duas cadeiras de deputado federal. A adesão desse partido a uma candidatura oficial à Presidência da República não resultou na permissão para que o ex-presidente de São Paulo interferisse na confecção de uma chapa à Câmara dos Deputados. Foram infrutíferos os esforços da oposição regional para se aproximar de próceres governistas com o intuito de conseguir o retorno das vagas da minoria.

O fato de não terem sua demanda atendida impeliu os oposicionistas a organizarem uma nova agremiação, o Partido Democrático Paranaense (PDP). A criação desse partido

10 Na Constituição republicana de 1891 e na Constituição do Paraná de 1892, determinava-se que deveria ser garantida às oposições (ou minorias) uma representação mínima na Câmara dos Deputados e no Congresso Estadual, respectivamente. No entanto, jamais houve a aprovação de lei complementar federal ou estadual que regulamentasse essa representação. Por consequência, não era obrigatório que os partidos governistas apresentassem chapas incompletas para permitir a eleição de oposicionistas. Nesse cenário, os situacionistas tinham a autonomia para efetuar ou negar a cessão de vagas aos seus concorrentes. Acerca do tema da representação das minorias na legislação eleitoral brasileira, ver Nicolau (2012).

significou a continuidade do domínio de políticos veteranos sobre a ação eleitoral da oposição (Granato, 2018). O candidato apresentado pelo PDP a deputado federal em 1927 não conseguiu se eleger e a agremiação logo se extinguiu (*O Dia*, 25 mar. 1927, p. 1).

No contexto das eleições presidenciais e parlamentares de 1930, os indivíduos citados no Quadro 1 eram os chefes locais da Aliança Liberal (AL), agremiação que sustentou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência (Granato, 2021). Os postulantes a senador e a deputado federal da AL paranaense foram vencidos pelos situacionistas (*O Dia*, 10 abr. 1930, p. 1). Contudo, nos anos 1920 as frequentes derrotas e os períodos de abstenção eleitoral não interromperam a atividade política dos oposicionistas históricos do Paraná. Eles permaneceram como expoentes de um grupo que pouco se renovou no curso daquela década.

Considerações finais

Por meio do estudo do caso da política paranaense, o presente artigo objetivou salientar a natureza e os impasses da ação eleitoral das oposições estaduais nos anos finais da Primeira República. Nesse contexto, o Paraná era um estado cujos oposicionistas desenvolviam uma atividade política inconstante. Há, pois, três resultados do presente trabalho que exigem especial ênfase.

Primeiro, demonstrou-se que a ausência de um partido de oposição e a abstenção eleitoral foram elementos peculiares à oposição paranaense no curso dos anos 1920. Os embates entre correligionários dificultaram a participação dos oposicionistas em sucessivos pleitos. Eles também impediram a constituição de uma agremiação dotada de estável organização interna e de presença relevante no interior do estado.

Segundo, nesse período a postura de uma parcela dos oposicionistas residiu em aguardar o partido dominante lhes ceder vagas em instituições como a Câmara dos Deputados e o Congresso Estadual. Quando essas vagas não eram cedidas, tornava-se inviável a vitória dos postulantes oposicionistas. O grupo minoritário experimentou derrotas quando os seus candidatos enfrentaram as chapas completas do PRP. Portanto, o controle desse partido sobre as instituições legislativas era integral.

Terceiro, a realização de tratativas entre membros de grupos políticos rivais não era um acontecimento raro. Essas negociações não culminaram na integração dos oposicionistas paranaenses ao partido oficial. Entretanto, elas evidenciam que, diante do reconhecimento dos limites de sua força eleitoral, a principal aspiração da oposição no contexto dos anos 1920 era obter de seus adversários a cessão de vagas em instâncias do Poder Legislativo. No decorrer da década, tal objetivo não se realizou. Por conseguinte, os membros do campo oposicionista do Paraná permaneceram longos anos afastados das instituições políticas.

Referências

Periódicos

BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO (BN-RJ). Hemeroteca Digital Brasileira

A República, Paraná, 1912-1922.

Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, v. 1, 1909.

Commercio do Paraná, Paraná, 1922.

Diário da Tarde, Paraná, 1907-1922.

Diário do Commercio, Paraná, [s. d.].

Gazeta Paranaense, Paraná, [s. d.].

O Brasil, Rio de Janeiro, 1924.

O Dia, Curitiba, 1923-1930.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná: a classe política, a parentela no Governo (1853-1889)*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ARRUDA, Larissa Vacari Rodrigues. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos, SP: Ed. UFSCar, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política nos anos 1920. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Tempo Brasileiro, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*

(1889-1930). Curitiba: CRV, 2017.

GLASSER, Roberto. *Discursos pronunciados nas sessões legislativas de 1914-1915*. Curitiba: Papelaria Requião, 1955.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia do Paraná (1889-1930)*. Jundiaí, SP: Paco, 2014.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

GRANATO, Natália Cristina. *O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas*. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GUIMARÃES, Manuel de Alencar. *Política do Paraná*. Curitiba: [s. n.], 1915.

MACIEL, Ottoni Ferreira. *Bastidores políticos*. Curitiba: [s. n.], 1925.

NICOLAU, Jairo. *O voto no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PORTO, Walter Costa. *As eleições no Brasil: da Colônia à 6ª República*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *“A terceira estrela da federação”: a bancada gaúcha no contexto político eleitoral dos anos 1920 a 1924*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

SÁ PINTO, Surama Conde. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica na Primeira República*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista e a rearticulação da vida político-administrativa do estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

VANALI, Ana Christina. *“Ao povo paranaense”: a vida do cidadão Manuel Corrêa de Freitas*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.